

## ATA DA NONAGÉSSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na sala 502 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte e cinco minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública (CGFNSP) reuniu-se em sessão ordinária com a presença dos seguintes membros: Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vice-presidente do CGFNSP e presidente desta sessão; Valéria Grilanda Rodrigues Paiva e Guilherme Zambarda Leonardi, representantes titular e suplente do Ministério da Justiça (MJ), respectivamente; Luiz Pontel de Souza, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Eduardo Franca Neves Bassani, representante suplente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ana Paula Diniz de Mello Moreira, representante suplente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ausentes justificadamente os representantes da Casa Civil da Presidência da República. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O vice-presidente, após os cumprimentos de praxe, informou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Apreciação de 22 propostas estaduais;

**DELIBERAÇÕES:** Aberta a sessão, o vice-presidente concedeu a palavra à Dra. Cristina Gross Villanova, Diretora do Departamento de Políticas, Programas e Projetos, para a apresentação das propostas relacionadas ao fortalecimento das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres. Com a palavra a Dra. Cristina explicou que estas propostas originaram-se de uma parceria entre a SENASP e a Secretaria de Políticas para Mulheres, a qual é responsável pelo programa 'Mulher, Viver sem Violência', que propõe estratégias para melhoria e rapidez no atendimento às vítimas da violência de gênero e reforça a rede existente de serviços públicos do governo federal, estados, Distrito Federal, municípios, tribunais de justiça, ministérios e defensorias públicas por meio do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Ela recordou que na reunião anterior foram apresentadas seis propostas e que nesta reunião seriam apresentadas as últimas. Por fim, Ela destacou que as todas as propostas estavam respaldadas em editais de chamamento público ou portarias. Em seguida fez a apresentação individual de cada proposta, as quais foram aprovadas por unanimidade, contudo cabe consignar que o vice-presidente observou que na nota técnica de aprovação de algumas propostas houve um equívoco no registro da ação orçamentária visto que não se referia à ação do FNPS. Diante disto, foi proposta retificação destas notas. Registra-se que estas propostas enquadram-se no âmbito da ação orçamentária 201D – Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.

	Nº da Proposta SICONV	UF	Objeto da Proposta	Valor do FNPS (R\$)		
				Capital	Custeio	Total
1	051286/2013	AL	Fortalecimento das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres das cidades de Maceió e Arapiraca, conforme ações pactuadas no âmbito do Programa Brasil Mais Seguro.	1.203.234,00	0,00	1.203.234,00
2	062447/2013	GO	Estruturar as unidades das Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher – DEAM das regionais que compõem a RIDE.	999.196,70	0,00	999.196,70
3	067218/2013	MT	Fortalecimento das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres nos Municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Barra do Garças, Cáceres, SINOP e Rondonópolis.	1.899.960,02	0,00	1.899.960,02
4	050880/2013	PB	Reestruturação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAMs localizadas nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Santa Rita, Bayeux e Patos.	1.300.936,00	10.404,00	1.311.340,00
5	067373/2013	PR	Aquisição de equipamentos e mobiliário para reequipar e fortalecer o atendimento nas Delegacias da Mulher presentes nos seguintes municípios do Estado do Paraná: Campo Largo, Colombo, Pinhais, Piraquara, Apucarana, Jacarezinho e Paranaguá, oferecendo melhores condições de trabalho aos servidores e atendimento mais digno às vítimas. Visa também atender integralmente à Norma Técnica de Padronização da Secretaria Nacional de Política para Mulheres.	667.953,00	0,00	667.953,00

6	067291/ 2013	RS	Fortalecimento das Delegacias de Polícia Especializadas para Mulher (DEAMs) no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando prevenir e reduzir a criminalidade de gênero no Estado.	1.221.738,30	0,00	1.221.738,30
7	066390/ 2013	TO	Reestruturação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher da Polícia Civil do Estado do Tocantins.	702.138,00	0,00	702.138,00
<b>Total Geral</b>				<b>7.995.156,02</b>	<b>10.404,00</b>	<b>8.005.560,02</b>

Continuando, a Dra. Cristina apresentou as propostas voltadas ao reaparelhamento das Delegacias Especializadas de atendimento a Criança e Adolescente; a população LGBT e a vítimas de homofobia. Antes, porém, ela explicou que estas propostas se originaram a partir de demandas apontadas por grupos de trabalho criados, no âmbito de outros órgãos, como por exemplo, a Secretaria de Direitos Humanos ou da própria SENASP, para discutir temas relacionados à segurança pública em grupos em situação de vulnerabilidade. Tais propostas estão lastreadas em editais de chamamento público ou em portarias específicas, mencionados na notas técnicas de aprovação dos pleitos. Na sequência, as propostas foram expostas individualmente, ocasião em que foram respondidas dúvidas e questionamentos dos Conselheiros. Finda a exposição, as propostas foram aprovadas sem a necessidade de registros especiais. E, para constar, cabe consignar que estas propostas enquadram-se no âmbito da ação orçamentária 8124 – Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade.

	Nº da Proposta SICONV	UF	Objeto da Proposta	Valor do FNSP (R\$)		
				Capital	Custeio	Total
1	067957/ 2013	AC	Fortalecer as atividades do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente, no município de Rio Branco, com aquisição de veículos e equipamentos técnicos, para prestar um atendimento integral, humanizado e especializado às crianças vítimas de exploração e violência sexual.	518.651,04	0,00	518.651,04
2	063741/ 2013	BA	Fortalecer a atuação integrada da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra Crianças e Adolescentes no Sistema de Garantias de Direitos e na Rede Integrada de Proteção a Crianças e Adolescentes.	450.511,00	21.668,00	472.179,00
3	067587/ 2013	ES	Reestruturação da Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente para melhoria do atendimento a população.	89.388,40	23.675,00	113.063,40
4	066813/ 2013	MT	Fortalecimento das Delegacias Especializadas de atendimento à Criança e Adolescente e o núcleo LGBT que atende vítimas de homofobia, para melhoria do atendimento a população.	505.791,13	126.811,00	632.602,13
5	067695/ 2013	PE	Criação de um Núcleo Especializado de Atendimento a Vítimas de Homofobia na Delegacia de Homicídios da capital e de Salas de Depoimento Acolhedor para atendimento a crianças e adolescentes nas delegacias especializadas da região metropolitana de Recife.	608.763,62	67.554,70	676.318,32
6	067459/ 2013	PR	Fortalecer a atuação das Delegacias do Adolescente do Estado e dos Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes, por meio da aquisição de equipamentos permanentes e de consumo para utilização das referidas unidades, a fim de atender as peculiaridades das crianças e adolescentes, conforme previsto na Lei 8.069/90.	933.334,20	234.000,00	1.167.334,20
7	066950/ 2013	SC	Aparelhamento das Delegacias de Atendimento à Criança e Adolescente de Santa Catarina, para melhoria do atendimento à população.	471.657,44	139.420,60	611.078,04
8	066400/ 2013	TO	Reestruturação da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente do Estado do Tocantins, para melhoria do atendimento a população.	469.775,00	122.627,60	592.402,60
<b>Total Geral</b>				<b>4.047.871,83</b>	<b>735.756,90</b>	<b>4.783.628,73</b>

Na sequência, o vice-presidente solicitou a autorização do Colegiado para apresentar extra pauta o pedido de aquisição direta de interesse do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública para a compra de coletes táticos, joelheiras e cotoveleiras, e com a aquiescência do Conselho, a palavra foi passada ao Coordenador de Logística/DPFNSP, o servidor Davi Rogério Artigas, Contudo, antes desta exposição, o Conselheiro Luiz Pontel de Souza voltou a indagar sobre colocações feitas em reuniões anteriores sobre a

retirada dos gastos de manutenção da Força Nacional do orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública. Dito isto, iniciou-se um debate neste sentido e, após manifestações dos conselheiros, o colegiado sugeriu que SENASP providenciasse a realocação dos recursos relativos ao custo de manutenção da Força Nacional em outra ação orçamentária fora do Fundo, isto é, em ação destinada exclusivamente aos gastos da Administração. O vice-presidente esclareceu que caso tal solicitação fosse aceita pelo Ministério do Planejamento, isto não resultaria em mais recursos para o FNSP por se tratar apenas de uma realocação de recursos. Neste momento, houve a intervenção da Conselheira Valéria Grilanda Rodrigues Paiva, a qual declarou que entendia as colocações dos conselheiros, contudo, em sua opinião, essa realocação deveria ser ponderada uma vez que os gastos com a Administração sempre são passíveis de cortes quando da ocorrência de contingenciamentos. Dito isto, novamente os conselheiros voltaram a discutir o tema e o vice-presidente sugeriu que o Departamento da Força Nacional, no próximo exercício, deverá elaborar nota técnica destacando quais as aquisições anuais da Força que se enquadram e quais as não se enquadram no âmbito do inciso I, do art. 10 do Decreto nº 5.289, de 29/11/2004, a saber: Art. 10. “Caberá ao Ministério da Justiça: I - providenciar a aquisição de bens e equipamentos necessários às atividades da Força Nacional de Segurança Pública e gerir programas de apoio material e reaparelhamento dirigidos aos órgãos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, após o aprova do seu Conselho Gestor...”. O vice-presidente explicou que a partir de informações concretas seria mais fácil para o Colegiado mensurar o impacto de eventuais cortes no desenvolvimento das atividades da Força. O colegiado anuiu a esta sugestão porque concordaram que as atividades da Força Nacional não poderiam sofrer quebra de continuidade. Após estas manifestações, o pedido de aquisições foi exposto e aprovado sem objeções, conforme discriminação e valor registrado na tabela abaixo e inseri-se na ação orçamentária 2B00 - Força Nacional de Segurança Pública. Por fim, cabe consignar que no contexto desta apresentação, os conselheiros comentaram que no próximo exercício a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado analisará o Fundo Nacional de Segurança Pública. Eles ponderaram que esta análise possivelmente será uma espécie de auditoria ou uma verificação da prestação de contas do Fundo, motivo pelo qual eles julgavam importante que a SENASP previamente definisse um modelo de relatório definindo a forma como as informações serão apresentadas à referida Comissão e que, posteriormente, tal relatório deveria ser submetido à avaliação do Colegiado. Concluída a votação do pedido em tela, a Conselheira Valéria Grilanda Rodrigues Paiva deixou a reunião para atender compromisso inadiável ficando a representativa (?) do órgão que representa a cargo do seu suplente.

	Objeto da Demanda	Valor FNSP (R\$)
1	Aquisição direta de coletes táticos, joelheiras (tática uso policial) e cotoveleiras (tática uso policial).	533.434,00
	<b>Total Geral</b>	<b>533.434,00</b>

Na seqüência, o vice-presidente explicou que a ENAFRON já havia sido apresentada ao Colegiado e que neste ano diversos projetos também já haviam sido submetidos à apreciação do Conselho, sendo que na presente reunião seria apresentado apenas um projeto remanescente da remessa anterior. Com a palavra, o servidor Alex Jorge das Neves explicou que a proposta do Pará estava inserida no contexto das Portarias nºs. 38 e 42/2013 e não foi apresentado juntamente com as demais propostas devido à necessidade de ajustes. Continuando, ele fez a apresentação individual da proposta e respondeu as dúvidas e indagações do colegiado. Após, a proposta foi aprovada sem objeções e está enquadrada no âmbito da ação orçamentária 20IC - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON.

	Nº da Proposta SICONV	UF	Objeto da Proposta	Valor do FNSP (R\$)		
				Capital	Custeio	Total
1	037967/2013	PA	Implantação de sistema de videomonitoramento nos municípios de Abaetetuba, Almeirim, Óbidos e Oriximiná.	1.920.000,00	301.437,00	2.221.437,00
			<b>Total Geral</b>	<b>1.920.000,00</b>	<b>301.437,00</b>	<b>2.221.437,00</b>

O vice-presidente esclareceu que a Proposta nº. 066533/2013 do Estado de São Paulo, constante na mensagem eletrônica que destacou as propostas em pauta, tratava-se de proposta inserida extra pauta na última reunião do Colegiado, a qual foi exposta e aprovada, motivo pelo qual foi retirada da Pauta.

O servidor Pedro de Souza da Silva apresentou as propostas de emendas parlamentares destinadas ao Distrito Federal e inseridas no âmbito da ação orçamentária 201D – Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública. Inicialmente, o servidor pediu a exclusão da pauta da Proposta nº. 045450/2013, tendo em vista que o Distrito Federal não conseguiu encaminhar no prazo estabelecido informações complementares relacionadas ao pleito, após a aquiescência do colegiado, o servidor fez a apresentação individual das propostas. Durante a exposição da Proposta nº. 050418/2013 foi questionada a necessidade de utilização dos 13 (treze) veículos para transporte de cães pelo Batalhão de Policiamento de Cães da PM/DF – BP Cães, o servidor explicou que estes veículos não atenderiam somente ao BP Cães seriam destinados também para atender demandas específicas de diversos setores estratégicos do DF, conforme relatado na proposta. O servidor da Secretaria de Estado da Segurança Pública do DF - SSP/DF, Wilson Ferreira Bandeira, presente na reunião, explicou que todos os cães da PM/DF ficam em um canil central localizado no BP Cães, cuja área de atuação abrange todas as 31 (trinta e uma) Regiões Administrativas do Distrito Federal e entorno; fez também considerações sobre a existência de demandas, em cada um dos setores da PM/DF beneficiários dos veículos em questão, e, por fim, ele declarou que as demandas existentes suportavam a quantidade de veículos solicitados já que atualmente diversos pedidos deixavam de ser atendidos em virtude da carência existente. Após, diversos esclarecimentos por parte da área técnica e do representante da SSP/DF, o colegiado pediu à SENASP que solicitasse ao proponente uma declaração de que tais veículos teriam empregabilidade garantida e, portanto, não ficariam ociosos. Foi solicitado ainda, que esta declaração fosse inserida no Portal de Convênios. Continuando, o servidor Pedro apresentou a Proposta nº. 036864/2013 e os aspectos técnicos foram expostos pelo Major/CBM Alexandre Luis dos Santos, responsável por assuntos técnicos relacionados aos corpos de bombeiros militares no âmbito da SENASP. Na exposição da Proposta nº. 049503/2013 que tem por finalidade melhorar a infraestrutura tecnológica da Secretaria de Segurança Pública do DF ocorreram as seguintes manifestações: 1) O técnico da SSP/DF, Jeann Wilson Aguiar Cavalcante, ampliou a abordagem sobre os pontos técnicos da proposta; 2) O vice-presidente indagou se durante a análise do pleito foi observada alguma sobreposição de equipamentos em relação ao projeto SINESP; 3) O servidor Pedro esclareceu que o sistema ajudará gerenciar atividades como: mandado de prisão, controle prisional, denúncias anônimas, chamadas do 190, Sistema Penitenciário, dentre outros; 4) O técnico da SSP/DF Jeann declarou que o sistema solicitado não conflitava em nada com o SINESP. Concluída a exposição, o colegiado iniciou um debate sobre o cuidado a ser adotado pela SENASP no sentido de observar se os pleitos na área de Tecnologia da Informação – (TI) são convergentes com os objetivos e/ou política adotada pelo SINESP; Ponderaram também que os equipamentos e softwares adquiridos com os recursos do Fundo deveriam ser utilizados, se preciso for, para atender os objetivos maiores do SINESP. E por fim, o conselho recomendou à SENASP que na análise de propostas contendo pedido de aquisições de software ou de equipamentos na área de TI, solicite ao Estado demandante a apresentação de declaração contendo as seguintes assertivas: 1) as aquisições solicitadas estão condizentes com a política do SINESP; 2) não existe sobreposição de equipamentos em relação ao SINESP; 3) o software é compatível com a integração com o SINESP e 4) comprometimento do Estado de que estes equipamentos poderão ser utilizados para a alimentação do SINESP quando necessário. As propostas não mencionadas foram apresentadas sem que houvesse a necessidade de registros especiais. Finda a exposição, os pleitos foram aprovados por unanimidade.

	Nº da Proposta SICONV	UF	Objeto da Proposta	Valor do FNPS (R\$)		
				Capital	Custeio	Total
1	044168/2013	DF	Reaparelhamento da 35ª Delegacia de Polícia Civil do Distrito Federal mediante a aquisição de veículos caracterizados <b>(Emenda Parlamentar)</b> .	434.587,01	0,00	434.587,01
2	050418/2013	DF	Reaparelhamento do Batalhão de Policiamento com Cães da Polícia Militar do Distrito Federal mediante aquisição de viaturas operacionais <b>(Emenda Parlamentar)</b> .	2.939.300,00	0,00	2.939.300,00

3	044158/ 2013	DF	Reaparelhar a 06ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª e 19ª Delegacias da Polícia Civil do Distrito Federal com aquisição de viaturas <b>(Emenda Parlamentar)</b> .	869.174,02	0,00	869.174,02
4	036864/ 2013	DF	Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mediante aquisição de Unidade de Resgate - UR, tipo UTE <b>(Emenda Parlamentar)</b> .	983.368,42	0,00	983.368,42
5	049503/ 2013	DF	Melhorar a infraestrutura tecnológica da Secretaria de Segurança Pública do DF, adquirindo computadores e sistemas com melhores capacidades de processamento e performance comparados aos existentes atualmente <b>(Emenda Parlamentar)</b> .	459.947,32	492.849,46	952.796,78
6	045450/ 2013	DF	Modernização do sistema de videomonitoramento do DF <b>(Emenda Parlamentar)</b> .	7.468.586,02	0,00	7.468.586,02
<b>Total Geral</b>				<b>13.154.962,79</b>	<b>492.849,46</b>	<b>13.647.812,25</b>

Encerrados os assuntos de pauta, o vice-presidente anunciou que a SENASP necessitava que fosse realizada uma reunião extraordinária haja vista que muitas propostas estaduais/municipais ainda estavam sendo finalizadas pelas áreas técnicas e solicitou ao Conselho autorização para a realização da citada reunião. O colegiado aprovou o pedido e a reunião foi marcada para o dia 11/12/2013.

Nada mais havendo para tratar, o vice-presidente encerrou a reunião às dezessete horas e quarenta minutos deste dia. E, para constar, esta Ata que, depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do conselho gestor.

**Sidnei Borges Fidalgo**  
Vice-Presidente do CGFNPS

**Guilherme Zambarda Leonardi**  
Ministério da Justiça

**Eduardo Franca Neves Bassani**  
Ministério do Planejamento, Orçamento e  
Gestão

**Não representada**  
Casa Civil da Presidência da República

**Luiz Pontel de Souza**  
Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República

**Ana Paula Diniz de Mello Moreira**  
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência  
da República